



CONGRESSO / Parlamentares e analistas políticos avaliam que a comissão parlamentar de inquérito para investigar os ataques do 8 de janeiro será bem midiática, repleta de deputados e senadores com perfil blogueiro

Uma CPI mista feita para as redes sociais

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

A presença expressiva de "políticos blogueiros" na atual legislatura potencializou o uso do aparato Legislativo, como o plenário e as comissões, para conseguir recortes com frases de efeito em redes sociais. Essa tendência midiática será ainda mais enfática durante os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o ataque às sedes dos três Poderes em 8 de janeiro, conforme avaliam especialistas e os próprios parlamentares.

Durante o avanço das articulações sobre a CPMI nas duas últimas semanas, deputados e senadores de legendas como PT, PL, PSDB, PP, PCdoB e Republicanos usaram termos como "lacrração", "gritaria", "barraço", "confusão", "só vai ter maluco" e até "bancada do bullying" para definir o clima do colegiado e composição.

As "lacrções palanqueiras", termo utilizado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) no ano passado para se referir a discursos com fim de "bombar" nas redes sociais, tendem a ficar em primeiro plano em detrimento das apurações da CPMI para grande parte da composição do colegiado, principalmente da ala bolsonarista. Aliás, este é um questionamento que corre nos bastidores: o que, de novo, pode ser trazido pela Comissão, uma vez que uma investigação formal já está adiantada no Supremo Tribunal Federal (STF)? A única explicação seria a oportunidade de visibilidade diante da mídia e das redes sociais que os debates podem gerar.

A escalada dos nomes pelas legendas reitera essa máxima: Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Alexandre Ramagem (PL-RJ) e André Fernandes (PL-CE) são os favoritos do partido de Valdemar Costa Neto e do ex-presidente Jair Bolsonaro para

compor a CPMI. Todos, engajados com as mídias sociais.

Fernandes, porém, não conseguiu ainda garantir a vaga na CPMI. O autor do requerimento de instalação da Comissão é réu no Supremo Tribunal Federal (STF) justamente por ter convocado pessoas para participar do quebra-quebra de 8 de janeiro. Caso não assuma a vaga, um dos nomes cotados é o de Nikolas Ferreira (PL-MG), que ganhou enorme capital político-eleitoral com uso das redes sociais. No Senado, a oposição avalia indicar nomes como Damares Alves (Republicanos-DF), Carlos Portinho (PL-RJ), Jorge Seif (PL-SC) e Magno Malta (PL-ES). O PL terá apenas duas indicações na CPMI.

O foco dos adversários de Lula na CPMI consistirá, principalmente, em explorar o vídeo do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Gonçalves Dias dentro do Palácio do Planalto no dia dos ataques. G. Dias, como é conhecido, estava acompanhado de funcionários do GSI de General Heleno, que ocupou o cargo no governo Bolsonaro. Além do militar, outro alvo deve ser o ministro Flávio Dino. Nas duas vezes em que o ministro da Justiça foi à Câmara, nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Segurança Pública (CCP), as audiências foram marcadas por muita confusão.

Para fazer frente ao bolsonarismo e sua caipilaridade nas redes sociais, André Janones (Avante-MG) voltará a ser protagonista na defesa de Lula e do governo. Na eleição de 2022, praticamente sozinho, o deputado federal equilibrou o campo de batalha nas redes, usando estratégias parecidas com a dos bolsonaristas. A base ainda deve ter dois nomes fortes nas redes sociais, os deputados Duarte Júnior (PSB-MA) e Duda Salabert (PDT-MG).

No Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) é o nome mais midiático, seja

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



André Fernandes, deputado autor do requerimento para criação da CPMI, ainda não garantiu vaga no colegiado

por constantes aparições na televisão e até mesmo nas redes sociais. Além dele, outros nomes que carimbaram o governo Bolsonaro durante a CPI da Pandemia também devem estar presentes, como Renan Calheiros (MDB-AL), Rogério Carvalho (PT-SE), Humberto Costa (PT-PE), Omar Aziz (PSD-AM) e Otto Alencar (PSD-BA). Com os times formados de ambos os lados é possível perceber o padrão em busca pela repercussão midiática tanto do lado da oposição, quanto na base governista.

Já o governo quer iniciar com força total para tentar "liquidar" a CPMI o mais rápido possível. O primeiro alvo dos governistas será Anderson Torres, ministro da Justiça do governo anterior e ex-secretário de Segurança Pública do DF. Outros nomes como os generais

Augusto Heleno e Walter Braga Neto (ministro da Defesa de Bolsonaro) também devem ser chamados. O ex-presidente Jair Bolsonaro deve ser alvo da base da CPMI apenas na reta final.

Composição

Os líderes dos blocos partidários precisam indicar os deputados e senadores que vão integrar a CPI mista dos atos antedemocráticos para a devida instalação. O governo caminha para ter a maioria da composição, entre 20 e 24 dos 32 parlamentares. Por isso, deverá ficar com a presidência e relatoria. O líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), considera que uma das vagas precisa ser da minoria, que teve a iniciativa. Já o líder do governo no Congresso Nacional, Randolfe

Rodrigues (Rede-AP), destacou que "a tentativa de golpe" de 8 de janeiro foi arquitetada ao longo dos últimos quatro anos.

Para o cientista político da Hold Assessoria, André César, a CPI mista será bastante midiática, especialmente nas redes sociais. "Essa tendência tem sido vista desde a posse do novo Congresso. Vimos exemplos clássicos com as confusões constantes, como na ida de Flávio Dino à uma comissão na Câmara, que precisou ser suspensa, e na última semana, o caso de Eduardo Girão", observa. Ele destaca que, para não perder controle, o governo precisará ter condições de conter certos arroubos. "Isso empobrece a discussão e o processo democrático fica sempre em xeque. Só parlamentares de peso serão capazes de segurar essa onda", conclui.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Para os jacobinos, o governo Lula está em disputa

O jacobinismo é uma invenção dos seus adversários. Seu significado restrito refere-se ao período entre 1789 e 1799 da Revolução Francesa, quando os mais ardorosos integrantes do Terceiro Estado, na Assembleia Nacional, formaram o chamado "Club Breton", que viria se transformar na "Société des amis de la Constitution". Como se reuniam no convento dos dominicanos (ou "jacobins") da rue Saint-Honoré, em Paris, passaram a ser chamados pejorativamente de jacobinos. Com o tempo, os jacobinos se tornaram paradigma de revolucionários, com uma missão nacional-patriótica, ética e social.

Tornou-se um conceito político reconhecido, que envolve a estrutura partidária e suas relações com a nação, o Estado e a sociedade. Seu radicalismo político e social, principalmente no exercício do poder, colocar na ordem do dia a questão democracia versus ditadura. E nos remete à velha relação entre a ética da responsabilidade e a das convicções, ou seja, entre os fins e os meios usados na luta política. Ironicamente, após a Comuna de Paris (1871), Karl Marx questionaria o caráter revolucionário universal

do jacobinismo, restringindo-o ao papel histórico que desempenhou ao completar a revolução burguesa, porém, sem impedir a restauração de Napoleão.

Na Revolução Russa de 1917, o jacobinismo foi resgatado pelo líder comunista Vladimir Lênin, em contraposição à social-democracia da II Internacional. Virou paradigma de chegada ao poder, como na China, em 1949, e em Cuba, em 1959. Confundir a tomada do poder com a revolução passou a ser o grande objetivo da esquerda revolucionária. A fórmula básica era: a política começa onde estão as massas. Para ser bem-sucedida, a insurreição deve se apoiar no proletariado; para inspirá-lo, sua vanguarda é um partido revolucionário, cujos objetivos e interesses devem estar em sintonia com o povo. Uma fórmula supostamente mágica.

No Brasil, houve dois momentos marcantes de jacobinismo. O levante comunista de 1935, liderado por Luiz Carlos Prestes, que nunca teve a menor chance dar certo, mas estava em sintonia com a política insurrecional da chamada III Internacional; e a luta armada contra o regime militar, na década de 1970, liderada

pelo líder comunista Carlos Marighella, que também não teve a menor possibilidade de êxito. Desde a crise de 1964, uma parcela da esquerda acreditava que a tomada do poder tornaria o socialismo inexorável. Não foi o que aconteceu, apesar da grande mobilização popular na campanha das Diretas, Já. A derrocada dos militares veio mesmo foi com a eleição de Tancredo Neves, um político moderado, no colégio eleitoral.

O PT é o último grande partido operário criado no século 20, quando a grande indústria taylor-fordista já estava superada pelo toyotismo e os sistemas de produção flexíveis estruturados em cadeias globais de valor. As lideranças de esquerda que participaram da luta armada, que estiveram presas ou no exílio, vertebrou sua organização, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, então líder sindical metalúrgico. As outras vertentes são a sindical, cuja influência já não é a mesma, e setores ligados às comunidades eclesiais de base, muito reprimidas pelos papas João Paulo II e Bento XVI. Com o tempo, parlamentares, prefeitos e a burocracia passaram a ter

muito mais peso de que as bases sindicais e populares, mas não a ponto de suplantarem o prestígio eleitoral de Lula.

Coalizão ampla

O êxito político do PT é invejável. Por cinco vezes, três com Lula e duas com a ex-presidente Dilma Rousseff, venceu as eleições presidenciais. Desde 2002, é a principal força política democrática do país, o que demonstrou durante o governo de Jair Bolsonaro, quando comeu o pão que o diabo amassou. Com a chegada do PT ao poder, as forças com as quais emulava no campo da esquerda, principalmente o PSDB, foram sendo abduzidas pelo transformismo. Durante o governo Bolsonaro. As bases eleitorais da centro-esquerda derivaram à direita, atraídas por narrativas reacionárias. A justa crítica ao jacobinismo petista foi substituída pelo anticomunismo, que põe no mesmo balaio até mesmo os liberais.

No primeiro turno das eleições passadas, a política de frente de esquerda deu ao PT a hegemonia no campo da oposição ao governo Bolsonaro, mas não a vitória. Foi preciso ampliar as alianças ao centro, principalmente com atual ministra do Planejamento,

Simone Tebet (MDB), que também havia disputado primeiro turno, para derrotar Jair Bolsonaro (PL), por estreita margem. Mais ainda: para Lula tomar posse e articular a base governista no Congresso. Por isso, a formação de um governo de ampla coalizão democrática decorre mais da correlação de forças do que do programa eleitoral de Lula. Esse é o busflis.

Para a cúpula petista, o governo Lula está em disputa, entre seu principal partido, o PT, e seus aliados de centro-esquerda. O choque se dá entre a bancada do PT na Câmara e a equipe econômica do governo, liderada por três ex-candidatos a presidente da República: Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSB) e Simone Tebet (MDB). Essa disputa pode paralisar o governo e implodir suas alianças. Os setores radicais do PT precisam se convencer de que o governo Lula não é jacobino. A agenda do governo, para ser bem-sucedida, deve ser focada no programa que unifica a coalizão e não numa disputa esquerda versus direita, que está afastando lideranças que desejariam apoiar o governo, mas o próprio presidente Lula, sob pressão de seu partido, não deixa.